

Eleição direta para presidente faz 100 anos

■ Num tempo sem TV e parabólicas, uso da máquina e ajuda de 'coronéis' fizeram de Prudente de Moraes 1º governante eleito

DANIELA MATTA

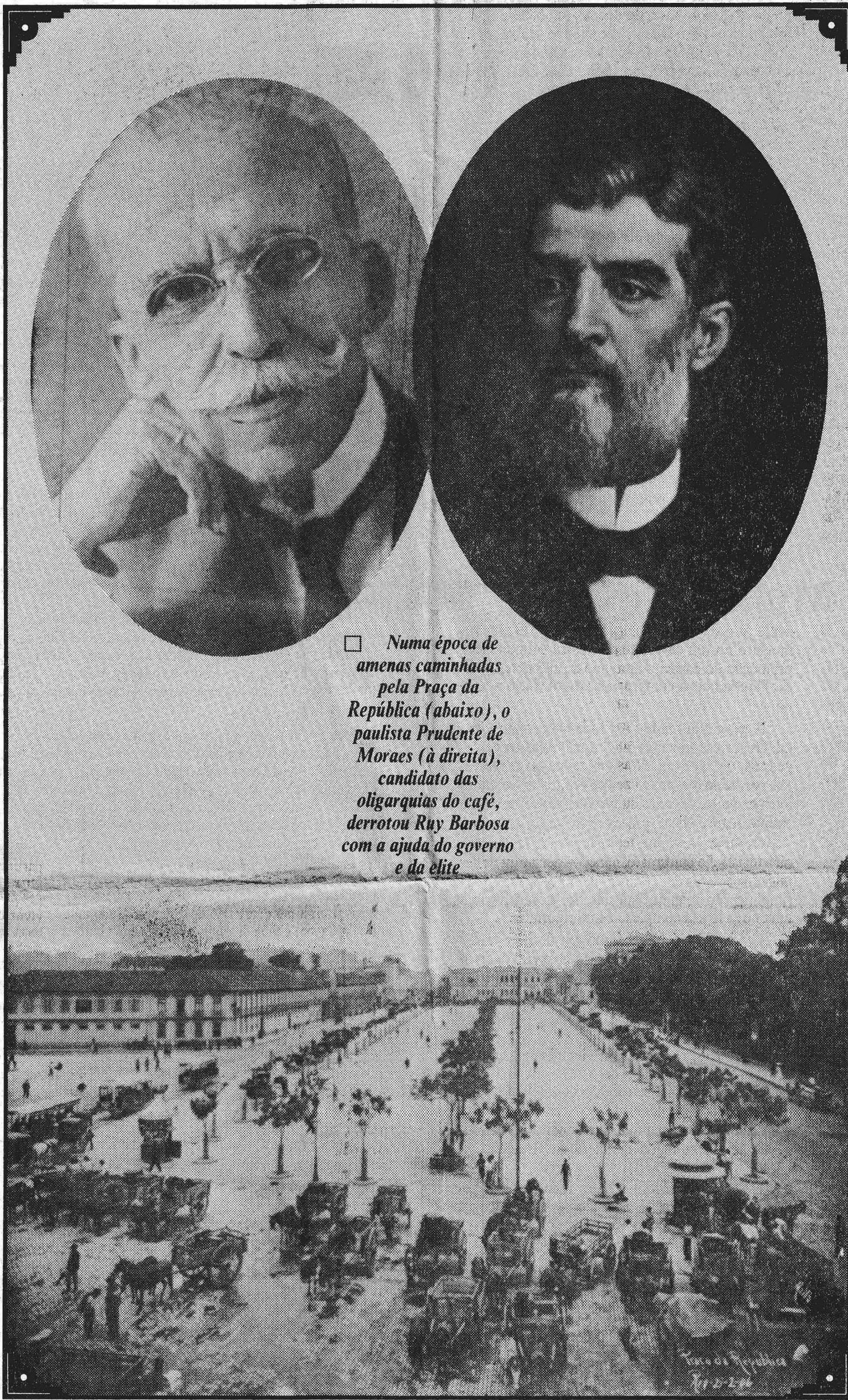
Quando desembarcou no Rio de Janeiro no dia 2 de novembro de 1894 como primeiro presidente eleito do Brasil, o paulista Prudente de Moraes encontrou mais do que arranjos de flores murchas espalhados pela Central do Brasil, vestígios da festa de despedida de alguns militares que haviam viajado na véspera. Prudente depa-rou, na capital da recém-nascida República, com uma inflação de 10% ao ano, uma epidemia de febre amarela, a Revolta da Armada na Baía da Guanabara e duas revoluções civis que ameaçavam o regime implantado em 1889. Há poucas coincidências entre o Brasil de Prudente e o de Fernando Henrique e Lula — mas, uma delas importa mais que qualquer outra: faz 100 anos que o brasileiro votou para presidente pela primeira vez.

A escolha direta do primeiro chefe de Estado civil do país foi manchada por uma série de irregularidades. Não havia tribunal eleitoral e sequer se sabia ao certo quantos dos 17 milhões de brasileiros estavam aptos a votar. Esse direito era vetado às mulheres, aos analfabetos e aos menores de 21 anos. Isso, em tese. Na realidade, qualquer um podia comprar as cédulas que vinham impressas nos principais jornais da época, recortá-las e depositar seu voto nas urnas. Houve até quem ressuscitasse para dar voto a Prudente. "Até 1930, só os candidatos apoiados pelo governo venciam as eleições", conta o historiador Milton Teixeira, um carioca de 36 anos, autor de três livros.

Para completar, a apuração ficava a cargo dos *coronéis* — proprietários das grandes fazendas — e de seus cabos eleitorais, que apoiavam Prudente. O resultado não podia ser diferente. Fenômenos que ocorreram nessa eleição nunca mais se repetiriam. Um exemplo: não houve — ou não apareceu na apuração — um só voto nulo ou em branco! Outro: ficaram fora das eleições de 1894 os eleitores do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, proibidos de votar devido à revolução federalista em seus estados.

As irregularidades eram tantas e tão evidentes que o governo não se preocupava em disfarçar. Não havia ninguém para contestar os dados. Chegaram-se a apresentar dois números oficiais de eleitores que teriam garantido a vitória de Prudente — entre um e outro, havia uma diferença de mais de 20 mil eleitores. A máquina do governo apoiava de forma clara e direta o candidato oficial e ninguém precisava de artifícios *parabólicos* para perceber isso. A explicação para tantas falcatruas era simples: não havia justiça eleitoral e, muito menos, partidos políticos nacionais.

Os candidatos representavam facções, uma delas o governo. Prudente venceu — com mais de 250 mil votos — candidatos como Ruy Barbosa, que ficou em quinto lugar, com 3.718 mil votos. Durante todo o mandato de Floriano Peixoto, Ruy Barbosa publicou no **JORNAL DO BRASIL**, onde era editor, artigos criticando os militares. Como represália, Floriano tirou o **JB** das bancas por um ano e 45 dias. O **JORNAL DO BRASIL** — fundado três anos antes — só voltaria a circular no dia 15 de novembro de 1894, com a notícia da posse de Prudente.



□ Numa época de amenas caminhadas pela Praça da República (abaixo), o paulista Prudente de Moraes (à direita), candidato das oligarquias do café, derrotou Ruy Barbosa com a ajuda do governo e da elite

Arquivo JB